



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO 2012

28 - Relatório de gestão



Município de Oliveira do Hospital

I - INTRODUÇÃO

O presente documento constitui parte integrante da Prestação de Contas do ano de 2012, e visa proporcionar uma visão sucinta do período em análise, nomeadamente através do enquadramento da entidade no contexto da situação de crise nacional e europeia, dos proveitos e custos que contribuíram para a formação dos resultados alcançados, bem como de uma breve descrição das principais atividades desenvolvidas, quer ao nível das ações materiais, quer no que respeita à componente investimento.

O ano de 2012, ao nível económico e financeiro, provavelmente, nunca será de boa memória para a grande maioria dos Portugueses e parte significativa dos europeus, em virtude da designada "Crise da Dívida Soberana", ou dívida dos Estados, em que se constata ter tido como principal consequência uma pressão extraordinária no sentido da consolidação das finanças públicas e na redução do *déficit*, e, no caso em particular de Portugal, de vir a prosseguir com êxito as metas que foram acordadas no Programa de Assistência Económico Financeiro assinado com a "Troika" (BCE, CE e FMI), e que posteriormente têm vindo a ser "calibradas" em função das avaliações intercalares e do estado da economia, entretanto agravada por uma recessão generalizada.

Austeridade e crise, foram porventura as palavras mais utilizadas ao longo do último ano, e necessariamente a dimensão desta questão influenciou a vida da autarquia, direta e indiretamente, quer por via da diminuição das receitas, e necessariamente da menor capacidade de investimento, quer pela degradação das condições sociais no concelho, que determinou um enfoque especial por parte de todo o executivo no apoio a situações de carência, de desemprego, de dificuldades sentidas pelas diversas instituições concelhias, entre outras.

Deve ainda ser referenciado, pelo efeito multiplicador ao nível do investimento público, a condicionante que representa na atividade da autarquia a suspensão quase total dos programas de financiamento comunitário, que, como é consabido, têm sido ao longo das últimas décadas o fator potenciador de realização de despesa de capital pelas Câmaras Municipais.

Porventura, um menor grau de conhecimento, pode desencadear a questão se estes não serão argumentos fáceis para justificar, em termos de gestão, a não obtenção do grau de concretização das Grandes Opções do Plano que seria desejável, designadamente das intenções de investimento nelas contempladas nas diversas áreas de intervenção.

No entanto, não se pode deixar de ter em linha de conta que na análise económico financeira de qualquer entidade é inquestionável que apenas a partir de determinado montante de

P R . .



Município de Oliveira do Hospital

receitas, sendo para efeito da exemplificação pretendida irrelevante a sua natureza, se cobrem as despesas básicas de funcionamento e começam a existir recursos disponíveis para aplicação. Se o volume de receitas baixa, independentemente da causa e da proveniência das mesmas, racionalmente o volume de recursos libertados é menor, e, por conseguinte, a capacidade de ação/intervenção é afetada negativamente.

É neste contexto que se torna, ainda, mais importante promover uma avaliação geral e profunda das organizações no sentido de perceber quais as vertentes em que, eventualmente, se consegue operar uma redução de custos, bem como da necessidade de uma reengenharia de processos que potencie a racionalização do uso de recursos sem perda de eficiência, e de uma tomada de decisão que tenha sempre em linha de conta a ponderação no uso dos meios libertos.

O conceito é amplamente conhecido e traduz-se em poucas palavras: fazer mais e melhor, com menos recursos.

A aplicação prática do conceito, designadamente em organizações de dimensão considerável, revela-se bem mais difícil, sendo no entanto este o único caminho a trilhar no sentido da consolidação, *lato sensu*, das "contas".

Foi essa a via que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital escolheu e assumiu em 2012, preconizado no aumento do apoio social, na continuidade do investimento na educação, na priorização dos investimentos de capital, na (re) organização interna de uma forma faseada e consequente, na manutenção do nível de fiscalidade municipal (impostos, taxas) e preços dos serviços disponibilizados, com o objetivo claro de proporcionar algum alívio aos cidadãos e empresas concelhias, na promoção, designadamente dos produtos e produtores concelhios, nas mais diversas vertentes, potenciando o turismo, enquanto atividade económica transversal, na diferenciação e inovação, com a aposta clara na BLC 3, e na manutenção da política de descentralização nas freguesias e de apoio a todas as instituições concelhias de índole social, cultural, recreativo, desportivo ou outro, assente num princípio básico de estabilização/redução da dívida.

Os resultados alcançados, porque obviamente assim se mede a dimensão das ações/intervenções, consideram-se positivos, não apenas do ponto de vista meramente contabilístico, quando comparados com os objetivos delineados.

Em termos de política social, e para além do acréscimo de apoios pontuais para fazer face a situações de emergência, o ano transato fica marcado por dois projetos considerados de enorme relevância para o presente e futuro do concelho – o ATIVOSOCIAIS e o Incentivo Municipal à Natalidade.

P R . .



Município de Oliveira do Hospital

No que concerne a investimento, a prioridade assentou na desenvolvimento dos projetos com participação comunitária, citando o exemplo do Centro Educativo de Nogueira do Cravo, as empreitadas de requalificação em Aldeia das Dez e Avô no âmbito da ADXTUR, e as intervenções de extensão e/ou renovação das redes de abastecimento de água e de saneamento, salientando-se pelo volume financeiro e população servida, as ligações técnicas em Seixo da Beira e o arranque da empreitada na Moita, Formarigo e Carvalha.

Na (re) organização interna vários estudos e processos se iniciaram em 2012, podendo ser salientados a atualização e reformulação em escala dos regulamentos municipais, a identificação e referenciação dos locais de consumo de energia elétrica, a aquisição de uma plataforma para cadastro de iluminação pública e definição de metodologia para a sua utilização, a preparação da entrada em funcionamento da gestão de *stocks*, entre outros.

Em relação à manutenção do nível de fiscalidade e preços cobrados nos serviços prestados pelo Município, orientação que foi assumida em 2012, afirma-se que em determinadas áreas, citando o exemplo concreto da água e do tratamento de efluentes, não será viável deixar de levar por diante, com início a curto prazo, um processo de ajustamento ao longo dos próximos anos, não só de forma a cumprir o princípio consagrado na Lei das Finanças Locais, mas efetivamente de reequilibrar a diferença entre as receitas cobradas e os custos associados a esta componente, que atualmente é excessivamente deficitária.

Em termos de promoção dos produtos e produtores locais, não só com o objetivo de manter vivas as nossas tradições mas também de promover a economia, releva-se, naturalmente, a realização da Feira do Queijo, que inequivocamente se assume já como um evento de dimensão nacional, reconhecendo-se em simultâneo que será necessário ter a coragem para encetar novas mudanças no seu figurino no sentido de que venha a traduzir todo o potencial que encerra em si mesmo, mas também os apoios de ordem logística e financeira a outros eventos que comungam destes pressupostos – a Feira do Porco e do Enchido, a Festa da Castanha, a Feira dos Bolos e Bolas, Festa do Bodo.

A aposta, assumida pelo executivo em permanência, na criação de uma estrutura que potencie o desenvolvimento económico concelhio, através da investigação e da inovação, materializa-se na BLC 3, que necessariamente, como todos os projetos de estruturas similares existentes, tem um de percorrer um determinado percurso, com eventuais ajustamentos, até que sejam visíveis os resultados que todos esperamos.

No entanto, pela avaliação efetuada, não só pela autarquia mas por diversas entidades externas, de âmbito nacional e internacional, que se associaram a este projeto, existe a convicção de se estar a trilhar o caminho certo e adequado ao concelho e à região em que estamos inseridos.

P R . .



Município de Oliveira do Hospital

Em 2012, renovou-se o compromisso assumido com as 21 freguesias, de prosseguir o esforço de descentralização de meios financeiros, valorizando assim o papel destas entidades enquanto atores mais próximos e conhecedores das necessidades das populações. Este foi igualmente um processo que sofreu modificações, desde o seu início, no sentido de ser aperfeiçoado e conformado em termos legais.

Apesar da redução clara das receitas, a autarquia procurou manter os níveis de apoio a todas as coletividades concelhias, resultado do espírito voluntário e da consciência cívica e social dos cidadãos, reconhecendo o papel relevante que desempenham nas localidades, designadamente em termos de apoio social, de convívio, mas também de educação não formal aos mais diversos níveis.

De reconhecer a este nível a redução gradual que tem vindo a ser levada a efeito em relação aos apoios ao desporto sénior federado, assumindo-se que terá de ser equacionada nova metodologia para implementação desta prática de forma a valorizar a integração de atletas do concelho nas equipas, tornando assim conseqüente todo o apoio proporcionado aos escalões de formação.

2 - ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DO ANO DE 2012

2.1 - ÓTICA ORÇAMENTAL

2.1.1 – RECEITA

Analisando o quadro seguinte, que traduz o comportamento da execução da Receita no ano de 2012, constata-se que os maiores desvios se registaram nas Transferências Correntes e nas Transferências de Capital, sendo que o desvio verificado nas Transferências de Capital representa cerca de 130 % do total da variação negativa entre executado e orçamento corrigido, o que necessariamente significa que a variação dessa rubrica foi superior à variação total.

A previsão poderia, certamente, ser efetuada com maior prudência, de forma a aproximar os valores orçamentados dos realizados. No entanto, esta situação condicionaria fortemente a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, nomeadamente quanto à necessidade existente, face aos projetos existentes em carteira, de dotação de Despesa.



Município de Oliveira do Hospital

Sem entrar em linha de conta com a utilização do Saldo da Gerência, em Correntes e Capital, o Município de Oliveira do Hospital arrecadou em 2012, face a 2011, menos 2.107.501,70 €, essencialmente por via da diminuição das Transferências de Capital, por força da suspensão do QREN na admissão de novas candidaturas.

2.1.2 – DESPESA

Da análise económica da Despesa, salienta-se claramente a variação negativa registada na Aquisição de Bens de Capital, que *per se* representa 64,18 % do total da variação entre o realizado e o orçamentado, posteriormente corrigido, para o período em causa. Esta situação, encontra justificação na necessidade, já enunciada, de inscrição nas Grandes Opções do Plano, de projetos e atividades mais relevantes a desenvolver, bem como da sua respetiva dotação, para que, se for esse o entendimento do executivo, possam ter lugar as decisões, ou os procedimentos administrativos necessários, tendo em vista a sua concretização.

Despesas com o Pessoal	3.501.392,60	3.942.310,00	88,82	-440.917,40
Aquisição de Bens e Serviços	4.555.874,94	6.323.690,00	72,04	-1.767.815,06
Juros e Outros Encargos	67.254,44	68.900,00	97,61	-1.645,56
Transferências Correntes	1.175.157,74	1.606.100,00	73,17	-430.942,26
Subsídios	41.381,80	60.500,00	68,40	-19.118,20
Outras Despesas Correntes	193.125,64	232.600,00	83,03	-39.474,36
Despesas Correntes	9.534.187,16	12.234.100,00	77,93	-2.699.912,84
Aquisição de Bens de Capital	3.519.157,45	9.475.500,00	37,14	-5.956.342,55
Transferências de Capital	1.273.592,33	1.828.500,00	69,65	-554.907,67
Activos Financeiros	0,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
Passivos Financeiros	471.336,02	533.500,00	88,35	-62.163,98
Outras Despesas de Capital	0,00	2.500,00	0,00	-2.500,00
Despesas Capital	5.264.085,80	11.845.000,00	44,44	-6.580.914,20

Na análise do triénio verifica-se um acréscimo na Despesa de 2010 para 2011, obviamente motivada pelo acréscimo da Receita suprarreferido e uma diminuição quer da Despesa Corrente, quer da Despesa de Capital de 2011 para 2012.

A variação negativa de maior impacto foi registada na Aquisição de Bens de Capital, fundamentada na aludida redução das Transferências de Capital, que *per se* representou cerca de 79%.

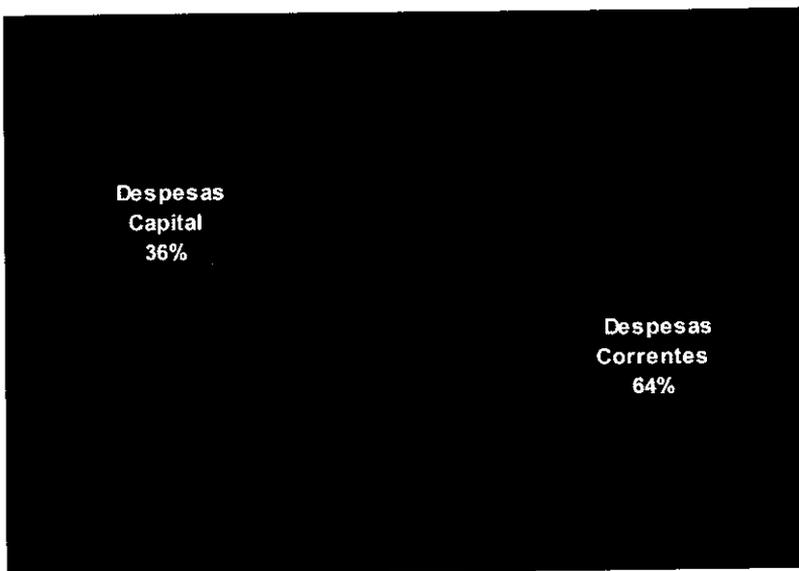
De salientar que a Despesa total, baixou de 2011 para 2012, em 2.133.598,21€, o que significa que a autarquia conseguiu acompanhar, superando até, a quebra de receita verificadas.



Município de Oliveira do Hospital

[Handwritten signatures and initials]

Pela análise dos gráficos seguintes, constata-se que no ano de 2012, as Receitas de Capital representaram apenas 26% do montante da Receita total, facto que determinou a afetação a Despesas de Capital, de 1.471.807,97 € de Receitas Correntes e de Outras Receitas.



Desta forma foi, novamente, cumprido o estipulado pelo Princípio do Equilíbrio Orçamental Corrente, ou seja de que a globalidade das Receitas de Capital sejam afetadas ao Investimento, e que ainda uma parte das Receitas Correntes se destine a suportar Despesas de Capital.

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

2.1.5 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Para facilitar a análise sucinta da execução das GOP nomeadamente quanto ao cumprimento das mesmas no ano de 2012, foi elaborado o quadro seguinte:

OP	Descrição	Valor Inicial	Valor Final	Variação	Valor Inicial	Valor Final	Variação
01	Educação e Formação Profissional	1.805.500,00	12,72	672.126,28	37,23	-1.133.373,72	
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.597.000,00	11,25	1.105.930,22	69,25	-491.069,78	
03	Solidariedade e Acção Social	826.000,00	5,82	434.200,97	52,57	-391.799,03	
04	Saúde	122.500,00	0,86	0,00	0,00	-122.500,00	
05	Habituação e Urbanismo	1.298.000,00	9,14	692.416,42	53,34	-605.583,58	
06	Saneamento e Salubridade	1.329.500,00	9,36	371.563,50	27,95	-957.936,50	
07	Segurança e Protecção Civil	578.500,00	4,07	404.888,46	69,99	-173.611,54	
08	Des. Económico e Abastecimento Público	2.332.500,00	16,43	703.027,51	30,14	-1.629.472,49	
09	Comunicações e Transportes	2.536.500,00	17,87	1.171.063,33	46,17	-1.365.436,67	
10	Defesa do Meio Ambiente	187.500,00	1,32	65.277,20	34,81	-122.222,80	
11	Modernização dos Serviços	289.500,00	2,04	81.163,12	28,04	-208.336,88	
12	Descentralização	622.500,00	4,38	584.323,44	93,87	-38.176,56	
13	Administração Financeira	541.000,00	3,81	471.336,02	6,90	-69.663,98	
14	Protocolos de Geminação	10.000,00	0,07	0,00	0,00	-10.000,00	
15	Tecnologia e Inovação	108.000,00	0,76	66.476,69	61,55	-41.523,31	
16	Participação em Associações de Municípios	12.500,00	0,09	5.513,83	44,11	-6.986,17	

Em termos gerais verifica-se um grau de execução de 48,10% face aos valores inicialmente inscritos, e, posteriormente, corrigidos por via das modificações efetuadas.

P R . .



Município de Oliveira do Hospital

A taxa de execução mais elevada, 93,87 %, verifica-se no objetivo Descentralização, que traduz a parte substancial dos apoios concedidos às Freguesias para a realização de investimentos e eventos e atividades relevantes. De referir que este Objetivo sofreu um decréscimo em termos absolutos de 2011 para 2012 por força do acordo estabelecido para o teto de apoio a conceder em anos pares e anos ímpares.

Se em termos absolutos o objetivo Comunicações e Transportes é o que regista a mais elevada execução, pela continuada aposta na beneficiação da rede viária concelhia, é a Requalificação Urbanística da Avenida D. Manuel I e da Avenida Nova, em Ervedal da Beira, inserida no Objetivo 5 – Habitação e Urbanismo, que assume o valor mais elevado em 2012, por força do adiamento do pagamento para o ano em análise motivado pela demora da obtenção de visto por parte do Tribunal de Contas ao contrato da respetiva empreitada, que por sua vez estava condicionado à aprovação da candidatura em termos de cofinanciamento comunitário.

A menor taxa de execução regista-se no objetivo Saúde sem qualquer valor executado, devendo no entanto ser afirmado que tal se fica a dever essencialmente ao não cumprimento, por parte da Administração Central ao cumprimento dos Protocolos celebrados para as extensões de saúde de Avô e de Ervedal da Beira, e por conseguinte, ao não assumir de responsabilidades por parte da autarquia.

2. 2 – ÓTICA PATRIMONIAL

2. 2. 1 – BALANÇO

O Balanço, Ponto 1 dos Documentos de Prestação de Contas, é o documento contabilístico que demonstra num determinado momento, o ativo e o passivo de uma entidade, ou seja o conjunto de bens e direitos que a mesma detêm, bem como o conjunto dos seus deveres e obrigações.

Importa então analisar sucintamente a variação entre o Balanço inicial a 1 de janeiro de 2012 (31 de dezembro de 2011) e o Balanço final do exercício:

- O total líquido do Balanço em 31/12/2012 determina um acréscimo no valor de 765.092,92 euros, face ao valor líquido inicial;
- Do lado do Ativo a variação positiva registada, fica a dever-se ao aumento do valor do Imobilizado, nomeadamente dos Bens de Domínio Público, subtraído do respetivo valor das amortizações, e dos Acréscimos e Diferimentos, diretamente relacionados com o Princípio contabilístico da Especialização dos Exercícios, atenuada pela redução

P R . .



Município de Oliveira do Hospital

[Handwritten signatures and initials]

nas Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, com uma redução pouco significativa entre o Balanço inicial e o Balanço final, e pela diminuição dos Depósitos em instituições financeiras e caixa.

- Em termos de Fundos Próprios e Passivo, a variação positiva verificada deve-se essencialmente ao valor dos Proveitos Diferidos, derivados de subsídios ao Investimento obtidos, que cresceram 968.964,64 euros e que serão reconhecidos como proveito nos anos seguintes, mediante a amortização anual dos bens/equipamentos a que respeitam

[Handwritten initials]

É ainda de realçar a redução verificada entre o Balanço inicial e o Balanço a 31/12, nas Dívidas a Terceiros a Médio/Longo Prazo, no montante de 484.037,87 euros, que apesar de contribuir negativamente para o acréscimo do valor líquido do Balanço, é logicamente positiva sob o ponto de vista da gestão financeira da entidade.

[Handwritten signature]

Tem ainda de ser salientado, nomeadamente quanto à Classe 4, que o valor do Imobilizado real da autarquia é substancialmente superior ao que se encontra contabilizado e refletido nesse documento contabilístico.

Esta situação deriva das sérias dificuldades sentidas pelos serviços em valorizarem os ativos mais antigos, sendo que, no entanto, para além dos progressos registados ao longo dos últimos anos, foram já definidas medidas para que no ano em curso se possa apresentar um quadro diferente, traduzidas numa inventariação geral, com caracterização integral e georreferenciada, do património edificado propriedade do Município.

2. 2.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Para complemento da análise da Demonstração de Resultados do exercício de 2012, foi elaborado o seguinte quadro-resumo.



Município de Oliveira do Hospital

	Ano de 2012	Ano de 2011	Varição
Custos e Perdas			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	5.932.853,41	5.322.821,68	610.461,73
Custos com o Pessoal	3.552.840,69	3.968.272,75	-415.432,06
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.214.346,20	1.102.472,48	111.873,72
Amortizações do Exercício	1.491.731,31	1.538.145,29	-46.413,98
Provisões	0,00	0,00	0,00
Outros Custos e Perdas Operacionais	110.562,84	79.770,21	30.792,63
Custos e Perdas Financeiros	110.589,81	136.357,60	-25.767,79
Custos e Perdas Extraordinários	1.350.949,70	1.366.817,47	-15.867,77
Total dos Custos e Perdas do Exercício	13.763.873,96	13.514.227,48	249.646,48
Proveitos e Ganhos			
Vendas e Prestações de Serviços	1.252.521,12	1.132.631,22	119.889,90
Impostos e Taxas	3.580.994,70	3.450.644,91	130.349,79
Trabalho para a Própria Entidade	0,00	0,00	0,00
Proveitos Suplementares	28.820,48	45.661,81	-16.841,33
Transferências e Subsídios Obtidos	7.635.522,73	7.773.989,48	-138.466,75
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00	0,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	706.869,26	811.505,85	-104.636,59
Proveitos e Ganhos Extraordinários	479.038,91	450.364,83	28.674,08
Total dos Proveitos e Ganhos do Exercício	13.683.767,20	13.664.798,10	18.969,10

Em primeira instância deve ser referido que não pode ser efetuado um paralelismo total entre a execução orçamental e a demonstração de resultados, visto que existem determinadas despesas orçamentais que quando são classificadas na ótica de custos e proveitos, ou patrimonial, têm um enquadramento diferente, existindo ainda custos ou proveitos que não têm qualquer equivalência na ótica de receita e despesa, dando apenas como exemplo as amortizações do Imobilizado, que não representam libertação de meios financeiros e por consequência não existem como despesas orçamentais.

Em termos de custos do exercício, assumem particular relevo os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam 43,10 %, constituídos por todas as aquisições de bens e serviços que não matérias-primas e imobilizado, e os Custos com Pessoal que representam 25,81 % do total dos custos do exercício, sob este prisma, e que diminuiram significativamente em relação a 2011.

Do lado dos proveitos mantêm-se como mais relevantes as receitas provenientes das Transferências e Subsídios Obtidos – Estado, Fundos Comunitários, representando 55,80% do total, e as receitas provenientes da cobrança de Impostos de caráter municipal (IMI, IMT, Imposto Único de Circulação) e Taxas, que representam 26,17% do total dos proveitos do exercício.

2. 3 – DÍVIDA DO MUNICÍPIO

A dívida do município de Oliveira do Hospital, apresentava-se em 31 de dezembro de 2012, estruturada da seguinte forma:

P. R. . .



Município de Oliveira do Hospital

[Handwritten signatures and initials]

[Redacted]		
Fornecedores - c/c e faturas em receção e conferência	1.035.327,14	14,92
Fornecedores de Imobilizado - c/c e faturas em receção e conf	317.118,21	4,57
Estado e Outros Entes Públicos	40.274,46	0,58
Outros Credores	451.801,07	6,51
Dívidas a Instituições de Crédito Curto Prazo	474.545,67	6,84
Subtotal Dívida de Curto Prazo	2.319.066,55	33,43
Dívidas a Instituições de Crédito	4.618.199,78	66,57
Subtotal Dívida de Médio / Longo Prazo	4.618.199,78	66,57
[Redacted]		

[Handwritten signatures and initials]

Pela análise do quadro constata-se que a Dívida de Médio e Longo Prazo representa 66,57% da dívida total do município, o que traduz o peso do endividamento a médio/longo prazo, que, sem dúvida, corresponde ao interesse real da autarquia, quer sob o ponto de vista do desejado equilíbrio económico e financeiro, quer na perspetiva da sua imagem perante o exterior.

Deve ser referido que se comparado o valor inscrito no Balanço em Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo, com os mapas dos empréstimos do Ponto 26 dos Documentos de Prestação de Contas, verifica-se uma diferença, que resulta da quota-parte da autarquia nos empréstimos contraídos pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, a qual não é contabilizada, e por consequência refletida no Balanço, porque não foi contratada pelo município.

	Balanço 31-12-2012	Balanço 31-12-2011	Varição	% de Varição
Fornecedores - c/c e faturas em receção e conferência	1.035.327,14	597.291,00	438.036,14	73,34
Fornecedores de Imobilizado - c/c e faturas em receção e conf	317.118,21	525.227,02	-208.108,81	-39,62
Estado e Outros Entes Públicos	40.274,46	50.078,49	-9.804,03	-19,58
Outros Credores	451.801,07	434.766,56	17.034,51	3,92
Dívidas a Instituições de Crédito Curto Prazo	474.545,67	461.843,82	12.701,85	2,75
Dívidas a Instituições de Crédito	4.618.199,78	5.102.237,65	-484.037,87	-9,49

Em termos de evolução da Dívida, registou-se, entre a situação inicial a 1 de janeiro de 2012 e o Balanço final, uma redução global no montante de 234.178,21 Euros.

Deve ser salientado que a redução real da dívida foi superior à inscrita nos mapas. De facto apenas foi contabilizada em janeiro de 2013 a Guia de Receita referente à concessão do 4º trimestre de 2012, à EDP, no montante de 150.583,97€, apesar de ter sido acrescida aos proveitos do ano, sendo que no entanto a fatura da iluminação pública

P R . .



Município de Oliveira do Hospital

correspondente ao mesmo período foi contabilizada em 2012, pelo que fazendo o habitual encontro de contas, a dívida diminui 384.762,18€, em linha com as previsões efetuadas.

De relevar que foi cumprido o determinado no artigo 65º. da Lei do Orçamento de Estado para 2012, quanto aos pagamentos em atraso, que não se verificavam a 31 de dezembro de 2012, e à aplicação dos montantes não despendidos com o pagamento dos subsídios de férias e de Natal na redução dos encargos assumidos e não pagos, que se tinha calculado na necessidade de uma diminuição em cerca de 132.000,00€.

3 - FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificou a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício.

4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o estipulado pelo POCAL propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2012:

Resultado Líquido do Exercício – (80.106,76) €

Aplicação:

Resultados Transitados – o montante de -80.106,76 euros (menos oitenta mil, centos e seis euros e setenta e seis cêntimos).

São estes os comentários e esclarecimentos, considerados relevantes a uma melhor interpretação e justificação dos objetivos traçados pela autarquia, dos meios e métodos utilizados na execução das atividades, bem como da avaliação dos resultados obtidos.

Oliveira do Hospital, 15 de abril de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


- José Carlos Alexandrino Mendes -